

COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL: O QUE, COMO E POR QUE. UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA

1 INTRODUÇÃO

A tragédia climática que assolou o Rio Grande do Sul em abril de 2024 revisita uma questão central e urgente: qual o papel da sociedade civil na busca por um futuro mais resiliente diante das mudanças climáticas? A destruição de infraestruturas, o sofrimento humano e as perdas materiais podem servir como catalisadores para um despertar coletivo em prol da ação ambiental? É sob essas premissas que este ensaio se propõe a analisar alguns aspectos que poderiam servir como trampolim para a construção de um comportamento pró-ambiental mais profundo e duradouro na sociedade civil.

Sob esse viés, o objetivo é discutir alguns fatores que podem influenciar o comportamento pró-ambiental, o que pode subsidiar a construção de políticas públicas que promovam maior engajamento da sociedade nas questões socioambientais.

Com isso, se busca contribuir para um debate mais profundo e reflexivo sobre as responsabilidades da sociedade civil em face das mudanças climáticas, buscando compreender quais estratégias podem alterar o comportamento das pessoas para a construção de um futuro mais sustentável e justo para todos.

2 O QUE É COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL

O comportamento humano é responsável por muitos dos nossos maiores desafios ambientais. Os efeitos acumulados de muitas decisões individuais e domésticas têm impactos negativos significativos sobre a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas. Sob essa premissa, o objetivo da ciência comportamental humana é, a partir da combinação entre psicologia e economia, entender como as pessoas respondem ao contexto em que tomam decisões. É nesse escopo que a análise da comportamento pró-ambiental se qualifica.

Para Lange e Dewitte (2019), comportamento pró-ambiental pode ser definido como a realização de atos que beneficiam o ambiente natural (por exemplo, reciclagem) e a omissão de atos que o prejudicam (por exemplo, evitar viagens aéreas). A ideia básica é incentivar as pessoas a cessar comportamentos que prejudicam e a adotar novos comportamentos que são menos prejudiciais ou até benéficos para o meio ambiente. Esta definição apresenta uma perspectiva muito específica de escolhas comportamentais como voluntárias, deliberadas e autônomas (Gatersleben, 2023).

Nisso assente, os comportamentos pró-ambientais podem ser impulsionados por tomadas de decisão deliberadas, pensamento automático ou um pouco de ambos. O raciocínio aqui é que os comportamentos pró-ambientais são guiados por motivações (como uma preocupação pelo meio ambiente ou valores ambientais) bem como atitudes e crenças específicas do comportamento (como atitudes em relação ao ciclismo ou crenças sobre alimentos à base de plantas). Assim, as intervenções realizadas sobre os comportamentos podem ser ajustadas a essas atitudes, valores e crenças subjacentes (Abrahamse & Steg, 2009). Por exemplo, assinar um compromisso público para evitar comer carne às segundas-feiras pode provocar ou fortalecer a motivação das pessoas, estimulando, por sua vez, a mudança de comportamento. Em outra perspectiva, alguns autores argumentam que muitos comportamentos pró-ambientais não estão baseados tão somente em crenças e valores, mas são, na verdade hábitos que se constituem como respostas automáticas a sinais no ambiente (Verplanken & Roy, 2015; Verplanken *et al.* 2020).

Independente dos constructos sob os quais se baseiam os pesquisadores, o objetivo das pesquisas de mudança de comportamento pró-ambiental é ajudar a mudar a maneira como as pessoas vivem, as decisões que tomam, as coisas que compram, a energia que utilizam e os resíduos que produzem, de tal forma que as pegadas de carbono e a poluição sejam reduzidas, e os recursos sejam consumidos de forma sustentável. Essas mudanças podem ter um caráter individual, tal como considerado no comportamento do consumidor (por exemplo, comprar um carro menor, usar menos energia), mas também indiretamente em comportamentos políticos e sociais (por exemplo, votar em um partido verde).

3 MEDINDO COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL

Gatersleben (2023) advoga que nem todo comportamento em prol do meio ambiente pode ser considerado um comportamento pró-ambiental. Para a autora, em geral, as pessoas nem sempre sabem quais são as ações mais ou menos que favorecem o meio ambiente. Isso pode ser um obstáculo significativo para quem deseja melhorar seu comportamento ambiental, mas não tem certeza por onde começar ou quais ações terão o maior impacto. Em segundo lugar, afirma a autora, essas medidas tendem a captar uma interpretação subjetiva do que as pessoas pensam ser o correto a dizer ou fazer, em vez do que elas realmente fazem ou alcançam em relação ao meio ambiente. Nesse viés, as medidas refletem uma percepção muito específica de comportamento pró-ambiental, sobretudo em sociedades de alta renda, e, por isso, têm validade limitada em muitos contextos, o que pode restringir o foco e o impacto potencial da pesquisa.

Outra questão tratada por Gatersleben (2023) é que se alguém adota um comportamento que reduz seu impacto ambiental, por razões que não incluem a proteção do meio ambiente (por exemplo, reduzir o uso de carro para economizar dinheiro ou por motivos de saúde), isso ainda deveria ser considerado um comportamento pró-ambiental? Esta pergunta levanta questões sobre as motivações e se as intenções por trás das ações afetam realmente o meio ambiente. Embora a motivação possa não ser apenas ambiental, o resultado pode reduzir seu impacto, o que sugere uma interpretação mais flexível e inclusiva do que constitui um comportamento pró-ambiental. Essa perspectiva do fim justificarem os meios poderia, ao fim e ao cabo, encorajar mais pessoas a adotar outros comportamentos, ainda que suas reais motivações não sejam necessariamente ambientais (Gatersleben, 2023).

Medidas de comportamento autorrelatado são uma boa maneira de capturar as intenções subjetivas das pessoas de fazer algo benéfico para o ambiente. No entanto, essas medidas não refletem necessariamente o comportamento real e são ainda menos prováveis de refletir o impacto ambiental real, como discutido anteriormente (Gatersleben, 2023). Esse descompasso entre intenções e ações efetivas pode ser atribuído a vários fatores, incluindo barreiras práticas, falta de conhecimento, conveniência, e diferenças entre o que as pessoas dizem e o que realmente fazem.

Outro ponto discutido por Gatersleben (2023) advoga que medidas de impacto não são medidas de comportamento. Por exemplo, se um estudo de intervenção encontrar uma redução significativa no uso de gás ou eletricidade em uma residência, medida através de leituras de medidores, não será possível tirar conclusões confiáveis sobre as mudanças de comportamento que podem ter ocorrido, a menos que esses comportamentos também sejam medidos. Para a autora, o consumo de gás, água ou eletricidade, por exemplo, medido por meio de leituras de medidores pode ser influenciado por muitos fatores fora do controle de um indivíduo. Além disso, as medidas de impacto geralmente refletem o consumo de um domicílio inteiro, enquanto as medidas autorrelatadas geralmente refletem apenas as intenções individuais.

Ante o exposto, a maneira mais adequada de definir e operacionalizar o comportamento pró-ambiental dependerá dos resultados ou objetivos desejados. Lange e Dewitte (2019) sugerem diferenciar entre tipos de pesquisa, como aquelas interessadas em estudar diferenças individuais, onde medidas de autorrelato ou intenções comportamentais podem ser mais adequadas, e pesquisas que visam avaliar a eficácia de intervenções no impacto ambiental. No entanto, se o objetivo da pesquisa é tirar conclusões confiáveis sobre os comportamentos que as pessoas adotam, tais medidas de autorrelato devem ser vinculadas necessariamente a medidas de impacto. Essa abordagem dual permitiria uma combinação de medidas subjetivas com indicadores objetivos de impacto ambiental e ajuda a criar uma imagem mais completa e contextualizada do que constitui um comportamento pró-ambiental mais eficaz.

4 AUMENTANDO A FREQUÊNCIA DO COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL

Uma abordagem para fazer com que as pessoas se comportem de maneira mais responsável ambientalmente é lembrá-las das normas sociais, as regras que um grupo tem para os comportamentos, valores e crenças aceitáveis de seus membros. Para Aronson *et al.* (2018), as pessoas seguem dois tipos de normas: normas injuntivas, que são as percepções das pessoas sobre quais comportamentos são aprovados ou desaprovados pelos outros, e normas descritivas, que são as percepções das pessoas sobre como as pessoas realmente se comportam. Se as pessoas acreditam que um certo tipo de comportamento é fortemente desaprovado por seu grupo social e observam que outros estão obedecendo à norma, é provável que elas também sigam-na (Jacobson, Mortensen, & Cialdini, 2011).

Sob essas premissas, alguns estudos têm apontado várias premissas que podem ajudar na construção de políticas de maior engajamento pró-ambiental. Um exemplo disso é que "procedimento de hipocrisia". Segundo Dickerson *et al.* (1992), por meio da assunção pública de determinadas práticas, o que os autores chamam de sensação de hipocrisia, é possível potencializar os comportamentos pró-ambientais. Isso porque, quando do confronto com uma incongruência entre atitudes e comportamentos, os indivíduos sentem um desconforto psicológico e são impulsionados a mudar seu comportamento para reduzir essa dissonância. Isso corrobora para o engajamento em comportamentos pró-ambientais, explorando as motivações psicológicas para a mudança de hábitos (Dickerson *et al.*, 1992; Byerly *et al.*, 2018).

Outro conjunto de constructo propício a um engajamento pro-ambiental reside no status socioeconômico dos indivíduos. Eom, Kim, e Sherman (2018) demonstram que indivíduos de status econômico mais alto, com maior acesso a recursos e controle sobre os resultados da vida, são mais propensos a apoiar ações pró-ambientais se acreditarem na realidade e responsabilidade humana pelas mudanças climáticas. Já indivíduos de status econômico mais baixo, com menor senso de controle, tendem a priorizar as normas sociais descritivas, agindo de acordo com o que observam em seus grupos. A falta de recursos, conhecimento, instalações adequadas e a percepção de impotência podem, portanto, ser barreiras significativas para o engajamento em ações pró-ambientais. Essa noção implica que as barreiras entre a preocupação ambiental e os comportamentos pró-ambientais não são necessariamente psicológicas; mas podem residir também nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade (Tam & Cham, 2017).

Outro constructo relacionado a engajamento pró-ambiental é o que Moser e Kleinhüchelkotten (2018) chamam de autoidentidade ambiental. Para os autores, essa autoidentidade pode ser definida como o grau em que um indivíduo se vê como o tipo de

pessoa que se comporta de maneira ambientalmente amigável. Para os autores, ter uma autoidentidade ambiental pronunciada ("ser verde") pode se traduzir em compromisso com metas ambientais e aumento da prontidão para agir de uma maneira congruente com a identidade — por exemplo, consumindo menos recursos naturais ou optando por consumir produtos mais ambientalmente amigáveis — desde que pistas situacionais ativem a identidade "verde" e ela não seja negada por identidades concorrentes (por exemplo, a de ser rico).

Outro conjunto de fatores que pode influenciar negativamente o comportamento pró-ambiental é: desconfiança, crença no controle externo e orientação para o presente, segundo Tam & Chan (2017). Em sociedades com forte desconfiança, a crença de que as ações individuais não surtirão efeito se outros não fizerem o mesmo pode levar à inércia. O sentimento de falta de controle pessoal se constitui como uma barreira psicológica já que, em relação aos problemas ambientais, os indivíduos podem ser levados a crer que resultados de suas ações não estejam sob seu controle. Quanto à orientação temporal, as pessoas podem pensar que os problemas ambientais não são ameaçadores no momento (Carmi & Kimhi, 2015) e, assim, considerarem justificável focar em satisfazer seus desejos atuais e não tomar nenhuma ação pró-ambiental por enquanto (Weber, 2017). Esse conflito temporal representa uma característica inerente aos dilemas sociais relacionados ao meio ambiente: pessoas que possuem preocupação ambiental têm que escolher entre agir em prol de seus interesses imediatos ou cooperar para obter melhores resultados ambientais no futuro (Tam & Cham, 2017).

Nesse contexto social, importa ainda destacar que a percepção da natureza humana, que pode ser influenciada por contextos culturais, afeta a disposição para agir em prol do meio ambiente. Por exemplo, em sociedades individualistas, a ação pró-ambiental é mais frequente, pois as pessoas se sentem mais motivadas a agir de acordo com seus valores pessoais (Tam & Chan, 2017). No entanto, em sociedades coletivistas, o comportamento pró-ambiental pode ser menos frequente, pois a ação é frequentemente associada à conformidade com as normas sociais (Tam & Chan, 2017).

A capacidade de adotar novas tecnologias e práticas também é um fator crucial no engajamento em movimentos pró-ambientais. A falta de acesso à informação, recursos financeiros e infraestrutura adequada podem impedir o acesso a tecnologias e práticas ecologicamente corretas. A mudança de comportamento, nesse sentido, exige esforços para reduzir a lacuna de conhecimento e proporcionar condições mais equitativas para que a população possa adotar práticas sustentáveis.

5 CONCLUSÃO

Compreender o comportamento pró-ambiental é essencial para construir um futuro mais resiliente. Nessa esteira, a ciência comportamental nos ajuda a desvendar algumas das motivações por trás das ações individuais e a identificar fatores que podem influenciar a adoção de práticas mais sustentáveis.

Nesse ponto, é preciso reconhecer que o comportamento pró-ambiental é multifacetado. Não se resume, assim, à simples realização de atos benéficos ao meio ambiente, mas envolve uma mudança de aspectos individuais, como valores e hábitos, mas também sociais, como a questão da desconfiança social, do status econômico, do acesso a informações, entre outras. Fatores como a percepção de normas sociais, o senso de controle individual e o acesso a recursos são determinantes para o engajamento pró-ambiental (Eom *et al.*, 2018; Moser & Kleinhüchelkotten, 2018; Tam & Chan, 2017). A desconfiança, a crença em um controle externo e a priorização do presente também podem criar barreiras significativas (Tam & Chan, 2017). Para superar esses obstáculos e

fomentar a mudança de comportamento, a ciência comportamental sugere a manipulação de fatores externos através de intervenções contextuais (Byerly *et al.*, 2018).

No Brasil, onde a cultura do consumo e a desigualdade socioeconômica se manifestam de forma complexa, o desafio para a construção de políticas públicas que possam permitir maior engajamento pró-ambiental, o desafio é ainda maior. A simples conscientização ambiental, assim, não parece suficiente para impulsionar a mudança (Moser & Kleinhüchelkotten, 2018). É preciso desenvolver estratégias que levem em conta as realidades específicas de cada grupo social e que superem os obstáculos que impedem a ação, como a falta de acesso a recursos e a percepção de impotência.

Ante o exposto, embora existam diversos gatilhos ratificados pela ciência comportamental, como premissa da própria psicologia, é essencial lembrar que cada indivíduo possui um nível de sensibilidade diferente à crise ambiental. Além disso, a construção de uma sociedade mais sustentável exige ainda uma abordagem multifacetada que contemple não apenas mudanças individuais ou sociais, mas também econômicas. Muito ainda será necessário avançar nas pesquisas sobre o assunto no Brasil. Afinal, embora haja preocupações ambientais entre os brasileiros, isso precisa ser reificado como comportamentos mais impactantes e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSE, W.; STEG, L. How do socio-demographic and psychological factors relate to households' direct and indirect energy use and savings? **Journal of Economic Psychology**, v. 30, p. 711-720, 2009. Doi:10.1016/j.joep.2009.05.006

ARONSON, E., WILSON, T.D., SOMMERS, S.R. **Social Psychology**. New York: Pearson, 2018.

BYERLY, H.; BALMFORD, A.; FERRARO, P. J.; HAMMOND WAGNER, C.; PALCHAK, E.; POLASKY, S.; RICKETTS, T. H.; SCHWARTZ, A. J.; FISHER, B. Nudging pro-environmental behavior: evidence and opportunities. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 16, n. 3, p. 159-168, 2018. <https://doi.org/10.1002/fee.1777>.

CARMI, N.; KIMHI, S. Further than the eye can see: Psychological distance and perception of environmental threats. **Human and Ecological Risk Assessment: An International Journal**, 21, 2239-2257, 2015. <https://doi.org/10.1080/10807039.2015.1046419>

DICKERSON, C.; THIBODEAU, R.; ARONSON, E.; MILLER, D. Using cognitive dissonance to encourage water conservation. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 22, p. 841-854, 1992. Doi: 10.1111/j.1559-1816.1992.tb00928.x

EOM, K.; KIM, H. S.; SHERMAN, D. K. Social class, control, and action: Socioeconomic status differences in antecedents of support for pro-environmental action. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 77, p. 60-75, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2018.03.009>.

GATERSLEBEN, B. Measuring pro-environmental behaviour: a critical reflection. In: Gatersleben, B. & Murah, N. **Handbook on pro-environmental behavior change**. Cheltenham:Edward Elgar, UK, 2023, p. 114-124,

JACOBSON, R. P.; MORTENSEN, C. R.; CIALDINI, R. B. Bodies obliged and unbound: Differentiated response tendencies for injunctive and descriptive social norms. **Journal of Personality and Social Psychology**, 100(3), 433-448., 2011. doi:10.1037/a0021470

LANGE, F.; DEWITTE, S. Measuring pro-environmental behavior: Review and recommendations. **Journal of Environmental Psychology**, 63, 92-100, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2019.04.009>

MOSER, S.; KLEINHÜCKELKOTTEN, S. Good intents, but low impacts: Diverging importance of motivational and socioeconomic determinants explaining pro-environmental behavior, energy use, and carbon footprint. **Environment and Behavior**, v. 50, n. 6, p. 626-656, 2018. <https://doi.org/10.1177/0013916517710685>.

TAM, K.-P.; CHAN, H.-W. Environmental concern has a weaker association with pro-environmental behavior in some societies than others: A cross-cultural psychology perspective. **Journal of Environmental Psychology**, v. 55, p. 101317, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2017.09.001>.

VERPLANKEN, B.; ROY, D. Empowering interventions to promote sustainable lifestyles: Testing the habit discontinuity hypothesis in a field experiment. *Journal of Environmental Psychology*, v. 45, p. 127–134, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.11.008>

VERPLANKEN, B.; MARKS, E.; DOBROMIR, A. I. On the nature of eco-anxiety: How constructive or unconstructive is habitual worry about global warming? **Journal of Environmental Psychology**, v. 72, Article 101528, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.101528>

WEBER, E. U. Breaking cognitive barriers to a sustainable future. **Nature Human Behaviour**, v. 1, 0013, 2017. <https://doi.org/10.1038/s41562-016-0013>.